

ESTADO DE SÃO PAULO

Visão da semana: os dilemas da Nova República

26 MAI 1966

BRASIL

O noticiário econômico da semana passada deixou entrever, com alguma evidência, as dificuldades que o novo governo está encontrando para harmonizar entre si os objetivos pretendidos. A divulgação do IV PND foi um exemplo bem claro disso. De outra parte, se as greves se esvaziaram nos centros urbanos, cresceram na área rural, aumentando as preocupações quanto às condições políticas de que dispõem as autoridades para enfrentar essa questão, num momento em que passam a divulgar seus propósitos a respeito da reforma agrária.

Com relação ao IV PND, parece haver uma certa insuficiência quanto aos meios que o governo pode utilizar para assegurar a recuperação do nível de emprego e o crescimento da economia. Principalmente porque persiste certa falta de sintonia entre determinados setores da equipe oficial, no tocante, especialmente, à questão salarial. O esvaziamento das greves revela, entre outros pontos, a inocuidade do atendimento de todas as reivindicações colocadas. No momento, uma consolidação do poder aquisitivo da população deve ser obtida mediante uma redução acentuada da inflação, e não por meio de reajustes reais dos salários, os quais fatalmente concorrem para a anulação dos poucos efeitos benéficos que possam ter sido produzidos pelo controle de preços, aliado a outras providências no campo monetário e financeiro.

Outro ponto que mereceria maior ênfase por parte do IV PND refere-se à necessidade de obtenção de melhores condições na renegociação da dívida externa. O Brasil não deve enveredar pelo caminho fácil da captação de novos recursos, mas buscar uma discussão mais política das taxas de juros e do pagamento do principal. Trata-se de uma posição fundamental, que demanda até mesmo medidas no plano doméstico (como a revisão do mecanismo que regula os depósitos em moeda estrangeira junto ao

Banco Central) para ser bem-sucedida.

Ainda no plano interno, as greves na área industrial arrefeceram, mas começaram a ser sucedidas por greves dos cortadores de cana e dos apanhadores de laranja no interior paulista. Teoricamente, o impasse que perdura até agora nas negociações deve ser resolvido no início desta semana, mesmo porque se trata de época de safra, e os produtos agrícolas são de outra natureza que os industriais.

Na área financeira, verificou-se uma movimentação dos empresários preocupados com a solidez do sistema bancário, assim como com a estatização no setor. A origem dessa preocupação não é apenas remota, e poderá substantivar-se na concretização de medidas que reforcem a confiabilidade nas organizações existentes. A filosofia das propostas em discussão aponta para que se evite uma maior oligopólicação entre as instituições financeiras, além de dotá-las de mecanismos de proteção contra eventuais problemas de insolvência. Poderia, além disso, ser instituído um seguro contra riscos financeiros, que teria a virtude de evitar que o Tesouro fosse periodicamente sobre carregado pela necessidade de socorrer empresas em má condição. Para o público, isso significaria maior segurança em termos de liquidez, além de pôr fim às corridas para retirada de depósitos toda vez que surgem rumores no mercado.

Outro setor onde ainda não se alcançou uma fórmula permanente de equacionamento financeiro é o habitacional. A decisão sobre o reajuste das prestações no próximo mês de julho foi adiada mais uma vez, alguns afirmando agora que o mesmo deverá situar-se entre 140% e 190%. Ao que tudo indica, o reajuste poderá mesmo ser inferior à variação da inflação nos últimos 12 meses. Resta ver como o BNH conseguirá bancar essa diferença, sem aprofundar demasiadamente seu já vultoso rombo financeiro.